



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019.

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às 9h30min, em segunda convocação, no auditório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, situada à Rua Dona Maria Câmara, 1884, bairro Capim Macio, na cidade de Natal/RN, reuniu-se o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH/RN, em sua décima quinta reunião extraordinária, sob a condução de JOÃO MARIA CAVALCANTI, Secretário de Estado da SEMARH, e com a presença dos seguintes membros titulares ou seus respectivos suplentes ROBSON HENRIQUE PINTO DA SILVA, CARLOS NOBRE DE OLIVEIRA E CARLOS EDUARDO LINHARES REBOUÇAS representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH; FRANCISCO CARAMURU DE OLIVEIRA MONTE PAIVA E OLIVEIRA e ANTÔNIO MAROZZI RIGHETTO, representantes do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte – IGARN; ERIBALDO CABRAL DE VASCONCELOS, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE; FRANCISCO DAMEÃO DA SILVA, representante da Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP; VERA LÚCIA LOPES DE CASTRO, representante da Universidade Federal do Rio Grande – UFRN; JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA, representante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; FLORISVALDO XAVIER GUEDES, representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN; LEONLENE DE SOUZA AGUIAR, representante, representante do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA; BHASKARA CANAN, representante da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; CARLOS ALBERTO MARTINS, representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA, representante da Associação Amigos da Natureza – ASPOAN; JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA, representante do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC; MARIA GORETE PEREIRA, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; CARLO SÉRGIO GURGEL DA SILVA, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RN; PAULO LOPES VARELLA NETO e VERA MARIA LUCAS RIBEIRO, representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu – CBH PPA; RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO, representante do Comitê do Rio Apodi-Mossoró – CBH AM; MARIA LUCIMAR LOPES ROQUE COSTA e HERBERT PINTO DANTAS representantes do Comitê do Rio Ceará-Mirim – CBH CM; e ROSIMEIRE DANTAS, representante do Comitê da Sub-Bacia do Rio Pitimbu; O Secretário da SEMARH, JOÃO MARIA CAVALCANTI, passou a palavra para o coordenador da Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - COGERH/SEMARH e Secretário Executivo do CONERH, CARLOS NOBRE DE OLIVEIRA para que fizesse a leitura do ofício circular nº. 002/2019 - CONERH de 11 de abril de 2019: Senhores(as) conselheiros(as) titular e/ou suplentes. Por determinação do

53 Senhor Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Secretário de Estado do Meio
54 Ambiente e dos Recursos Hídricos JOÃO MARIA CAVALCANTI, vimos convocá-lo(a) para
55 a 40ª reunião ordinária deste Conselho, a ser realizada no dia 29 de abril do corrente ano, às
56 09h00min em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos seus membros,
57 ou em segunda convocação às 09h30min com a presença de qualquer número dos seus
58 membros, no auditório da SEMARH, situada na rua Dona Maria Câmara, 1884, Capim
59 Macio, nesta Capital, conforme pauta a seguir: PAUTA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
60 CONERH. Ordem do Dia: 1. Posse dos novos membros; 2. Aprovação da Ata da 15ª reunião
61 extraordinária; 3. Aprovação e Certificação das Metas do PROGESTÃO ciclo 2018; 4. Atual
62 situação hídrica do Estado do Rio Grande do Norte; 5. Informes Gerais. Atenciosamente,
63 JOÃO MARIA CAVALCANTI, Presidente do CONERH. Inicialmente, JOÃO MARIA
64 CAVALCANTI deu boas vindas aos conselheiros e em sequência passou para o primeiro
65 ponto de pauta, **1. Posse dos novos membros**. O Secretário Executivo CARLOS NOBRE leu
66 a portarias dando posse aos conselheiros presentes supracitados. Dando continuidade passou a
67 palavra ao Diretor do IGARN e conselheiro titular do CONERH, FRANCISCO
68 CARAMURU, que deu boas vindas e sugeriu que cada conselheiro se apresentasse. O
69 presidente, JOÃO MARIA, registrou a presença dos técnicos da Agência Nacional de Águas –
70 ANA, Wesley e Wilde, e aceitou a proposta e começou uma rodada de apresentação, onde
71 cada presente proferiu seu nome e instituição ou entidade. Houve a solicitação de
72 apresentação de moção para aprovação do conselho pelo conselheiro representante da
73 ASPOAN, FRANCISCO XAVIER. A inserção de pauta foi colocada em aprovação e aceita
74 pelo plenário. Em sequência, passou-se para o segundo ponto de pauta, **2. Aprovação da Ata
75 da 15ª reunião extraordinária**. Nesse ponto de pauta a conselheira da UFERN, VERA
76 CASTRO, solicitou realização de alterações das linhas 177 a 181. Realizada as alterações, o
77 presidente, JOÃO MARIA, colocou a Ata em votação, a qual foi aprovada com uma
78 abstenção. Em continuidade, no terceiro ponto de pauta, **3. Aprovação e Certificação das
79 Metas do PROGESTÃO ciclo 2018**, JOÃO MARIA passou a palavra ao conselheiro
80 FRANCISCO CARAMURUM. Inicialmente o diretor do IGARN fez uma contextualização
81 explanando sobre a situação da gestão do instituto. Em continuidade, foi abordado o Plano de
82 Capacitação, Plano Plurianual e Autoavaliação, arquivos esses que foram encaminhados
83 previamente aos conselheiros. Explicou-se que antecedendo a elaboração do Plano de
84 Capacitação foi encaminhado aos técnicos da SEMARH e IGARN, conselheiros do CONERH
85 e membros de Comitê um questionário, o qual continha os cursos de capacitação a serem
86 ministrados. Com esses dados foi elaborado o Plano de Capacitação constavam os cursos a
87 serem ministrados divididos em: 1. Instituição e Funcionamento de Comitê de Bacia
88 Hidrográfica – CBH; 2. Planejamento e Enquadramento de Recursos Hídricos; 3. Gestão
89 administrativa e Financeira; 4. Regulação de Uso; 5. Gestão da Informação de Recursos
90 Hídricos; 6. Educação, Capacitação, Comunicação e Participação Social; 7. Mediação e
91 Arbitragem de Conflitos; 8. Cobrança pelo Uso da Água; 9. Regulação de Segurança de
92 Barragens; 10. Fiscalização de Uso dos Recursos Hídricos e Segurança de Barragens; e 11.
93 Monitoramento Hidrológico e Eventos Críticos. Cada item era composto com a descrição da
94 Ação; cursos a ser realizado; Estratégia de Implementação, modalidade residencial ou
95 presencial; Público, técnico do IGARN e SEMARH, conselheiro do CONERH e/ou membro
96 de Comitê; Carga horária; Número de Eventos; Executor da Atividade; Orçamento e
97 Cronograma durante o 2º Ciclo do PROGESTÃO de 2018 a 2022. Em relação ao Plano
98 Plurianual, explicou que no segundo ciclo o valor a ser repassada pela Agência Nacional de
99 Águas – ANA continuaria sendo R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), contudo
100 esse valor poderá chegar a R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais).
101 Para cada R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) aportado pelo Estado a ANA também aportará o
102 valor correspondente. Em sequência, apresentou-se a planilha com os gastos a serem
103 realizados, durante o 2º Ciclo do PROGESTÃO, contendo os itens: Cadastros de Usuários dos
104 Recursos Hídricos; Comitês de Bacias; Campanha de Educação Ambiental (Programa Água

105 Nossa); Capacitação e Treinamento de Membros do SINGERH, Contratação de Estudos e
106 Projetos em Recursos Hídricos; Fiscalização; Segurança de Barragens; Aquisição de
107 Equipamentos e Material Permanente; Termo de Convênio com Instituição, visando a
108 contratação de bolsistas; Aquisição de Material de Campo; Contratação de Pessoa Física
109 (Evento); Contratação de Pessoal Jurídica (Evento); Contratação de Consultoria; Passagens;
110 Contratação de Serviços de Comunicação; Eventos; e Diárias. Na apresentação sobre
111 Autoavaliação, foi exposto o Quadro-Resumo contendo os itens referentes às metas no âmbito
112 estadual: Meta II.2: Variáveis Legais, Institucionais e Articulação Social; Meta II.3: Variáveis
113 de Informação e Suporte; Meta II.4: Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos: Boletins
114 produzidos diariamente e manutenção corretivo da rede telemétrica realizada; e Meta II.5:
115 Variáveis operacionais. Em cada meta foi apresentada as Variáveis e seu respectivo Nível de
116 Alcançado, o qual foi ponto de votação na 15ª reunião extraordinária. Por fim, explicou que
117 os itens após serem aprovados seriam assinados pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente
118 e dos Recursos Hídricos e pelo Diretor do Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do
119 Norte. O presidente, JOÃO MARIA, perguntou ao colegiado se seriam discutidos todos os
120 itens e posteriormente aprovariam todos ou seria apresentados, discutido e aprovado cada item
121 separadamente. O representante da ASPOAN, FRANCISCO XAVIER IGLESIAS, sugeriu
122 ser discutido e aprovado item por item. Colocado em votação foi aprovada discutir cada item
123 e em sequência aprova-lo. O primeiro item colocado em discussão foi o Plano de Capacitação.
124 FRANCISCO XAVIER questionou porque no plano não havia capacitação e informações
125 destinada à sociedade em geral. Em resposta, FRANCISCO CARAMURU, informou que o
126 plano seria direcionado ao fortalecimento do SINGERH, mas há uma capacitação destinada à
127 sociedade em geral que seria o Programa Água Nossa e complementou que havia necessidade
128 de aumentar o alcance da ação do programa e a estratégia de comunicação para a sociedade. O
129 representante do IDEMA, LEONLENE DE SOUZA AGUIAR, só acrescentou que havia
130 necessidade de atentar, no curso de Uso de drones em atividade georeferenciada, aos aspectos
131 de autorização e cadastro do operador junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e
132 as normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, além das instituições
133 públicas realizarem um cadastro para realizarem esse tipo de atividade. O representante da
134 SEAPC, JOSÉ PROCÓPIOS, reforçou o que o conselheiro Francisco Xavier havia exposto
135 sobre a necessidade do diálogo com a sociedade, além de complementar que o fortalecimento
136 do SINGERH era uma luta histórica, sendo necessária que o governo torne-se isso realidade
137 durante a sua gestão. Finalizou que o rádio é um meio de comunicação ótimo para o interior,
138 atingido o agricultor quando comparado com as mídias de TV e internet. Sobre a capacitação
139 destinada à sociedade, a representante do CBH PITIMBU, ROSIMEIRE DANTAS, adiantou
140 que durante o II Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas terá
141 cursos/capacitação destinada à sociedade. O representante do CBH CM, HERBERT
142 DANTAS, também colou que o próprio IDEMA possui a caravana de educação ambiental nos
143 municípios. E na próxima reunião ordinária do comitê essa atividade seria inserida a atividade
144 de educação ambiental realizada pelo IDEMA. O representante do CBH AM, RODRIGO
145 GUIMARÃES, colocou que na perspectiva de ações voltadas para sociedade e
146 cursos/capacitação, havia sido elaborado um projeto elaborado pela UERN sobre educação
147 ambiental nos 52 (cinquenta e dois) municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró
148 que foi submetido à Petrobras, Programa Petrobras Sócio Ambiental, mas não foi aprovado.
149 Dessa forma, esse projeto, após algumas adequações, poderia ser articulado e aplicado junto
150 com o IGARN. VERA CASTRO, complementou explicando sobre um projeto de extensão
151 realizado pela UFRN referente à caracterização das águas subterrâneas na área urbana do
152 município de Currais Novos/RN, Dentro das perspectivas do projeto seria ministrado um
153 seminário com os usuários. Além disso, um TCC relacionando a estrutura geológica com a
154 qualidade da água e outro sobre a relação entre o saneamento e o nitrato, seria utilizado para
155 elaboração de uma cartilha sobre como usar a água subterrânea. Também haveria uma
156 conversa com o IGARN para articular a orientação de como deveria ser conduzir a perfuração

157 de poços no município. LEONLENE finalizou que o IDEMA, no ponto de educação
158 ambiental, estaria articulando com as instituições como a Secretaria de Educação e Cultura –
159 SEEC e conversar com IGARN para haver ações integradas. Nas capacitações que envolvam
160 desastres naturais e segurança de barragens a Defesa Civil teria que estar envolvida. O
161 representante do IGARN, ANTÔNIO RIGHETTO, colocou que as instituições da SEMARH,
162 do IGARN e do IDEMA deveriam disponibilizar aos comitês informações referente às ações
163 realizadas na bacia, sendo o primeiro passo para levar a capacitação social através dos
164 comitês. Por fim, o representante da UERN, JOSÉ MAIRTON, contextualizou a questão de
165 cobrança de uso de recursos hídricos em decorrência do PISF e perguntou se a capacitação
166 voltada para esse ponto poderia ser antecipada para ano de 2019, visto que, no cronograma
167 essa capacitação estava programada para o período de 2020. O presidente, JOÃO MARIA,
168 colocou em votação o Plano de Capacitação que foi aprovado com uma abstenção. No tocante
169 ao Plano Plurianual, o FRANCISCO XAVIER, questionou o item Comitês de Bacias e o
170 orçamento destinado aos comitês durante esse ciclo. FRANCISCO CARAMURU informou que
171 os comitês possuíam um recurso do PROCOMITÊS e o recurso do PROGESTÃO seria
172 destinado a um complemento aos comitês para organização de eventos, como o II Encontro
173 Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas etc. LEONLENDE expôs que gostaria de
174 melhorar o entendimento referente ao baixo orçamento para o item Contratação de
175 Consultoria e também sobre a questão dos Bolsistas, uma vez que para execução de alguns
176 serviços se faria necessário ter consultorias e se seria possível realizar a redistribuição de
177 recursos para esse item. FRANCISCO CARAMURU respondeu que as atividades do IGARN
178 envolvia muito campo e para contribuir para as metas federativas há um gasto alto. O
179 questionamento de FRANCISCO XAVIER foi referente aos itens Segurança de Barragens,
180 Passagens e Diárias. O representante do IGARN, FRANCISCO CARAMURU, informou que
181 quanto a Segurança de Barragens estaria relacionada às atividades de fiscalização/vistorias, as
182 Passagens são relacionadas ao cumprimento de agenda do IGARN e as Diárias referem às
183 atividades operacionais de campo do IGARN. O ponto Plano Plurianual foi colocado em
184 votação e foi aprovado com uma abstenção. Em sequência, no ponto Autoavaliação, após uma
185 breve explanação sobre o que já havia sido apresentado, foi colocado em votação e aprovado
186 com uma abstenção. FRANCISCO CARAMURU finalizou explicando que o PROGESTÃO
187 não possuía metas tímidas e também agradeceu a equipe do IGARN pelo trabalho
188 desempenhado. O presidente, JOÃO MARIA, apresentou a moção colocada para apreciação
189 do plenário pelo conselheiro representante da ASPOAN, FRANCISCO XAVIER, e perguntou
190 ao plenário se a moção seria recebida a mão. O plenário aprovou e a moção de apoio e
191 louvor referente ao trabalho desenvolvido pela REDE MANGUEMAR na recuperação do
192 mangue do estuário do rio Potengi foi colocada em votação, sendo aprovada por aclamação.
193 Houve inversão do ponto de pauta, passando para o ponto de **5. Informes Gerais**. O
194 presidente, JOÃO MARIA, informou sobre o problema da Barragem São Miguel II. As
195 barragens a montante a São Miguel II se romperam destruindo a ponte da RN-041 que dá o
196 acesso a Santana do Matos/RN, e em decorrência da cota elevada da barragem resultou em
197 uma situação muito crítica que poderia resultar no rompimento Barragem São Miguel II e
198 consequência chegando a Barragem de Pataxó. O problema da Barragem São Miguel II era
199 em decorrência que o vertedouro estava praticamente na mesma cota da parede da barragem.
200 Foi observado que ao longo da parede havia sinal de talude negativo. Como solução houve a
201 necessidade da abertura do vertedouro, após aprovação em reunião no Gabinete Civil, com a
202 presença de todos os atores envolvidos. Foi retirado 30 metros do vertedouro que possuía
203 altura total de 80 metros, monitorou-se o comportamento da água destinado aos riachos à
204 jusante da barragem, drenou-se a água acumulada na base da parede da barragem por meio de
205 um canal e a monitoração por um dia das atividades executadas. Observou-se que a água
206 voltou para próximo à parede da barragem acumulando-se e formando duas lagoas. Diante
207 dessa situação, abriu-se outro canal com extensão de 200 m com seção de 1,0 m de
208 profundidade e 1,5 m de largura para enviar a outro riacho, isso implicou em uma redução do

209 nível do reservatório entre 1,0 e 1,20 m. O IGARN fez a notificação aos proprietários das
210 barragens privadas. Em seguida, o representante do CBH PPA, PAULO VARELA, informou
211 sobre o PISF, expondo que a chegada das águas no RN era complexa visto que até Grosso/PB
212 a água chegaria via canal, mas depois desse ponto viria pelo leito do rio. Outro grande desafio
213 seria a gestão dessas águas e a sustentabilidade do sistema. Existem minutas de contratos que
214 estariam sendo elaboradas para ser assinadas entre a operadora federal, CODEVASF, e os
215 Estados. Diante disso, seria necessária fazer a remuneração da operadora, tendo como desafio
216 de como sairia o pagamento por esse serviço. Deve-se considerar que o RN estará recebendo
217 parte dessa transposição apenas pelo EIXO LESTE e o EIXO NORTE que entrará pela Bacia
218 Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró terá executada sua obra com um período muito distante
219 de 6 a 8 anos. Nesse contexto de pagamento, o Governo Federal propôs que os Estados
220 elaborassem leis próprias para fazer essas transferências, principalmente, pelo saneamento. Os
221 Estados pediram que o Governo Federal fizesse as leis para que os Estados dessem o suporte.
222 Explicou que havia sido criada uma câmara de mediação no âmbito da AGU, contudo
223 imaginava-se que seria uma câmara única. No caso, foi proposta uma câmara para cada
224 Estado composto por técnicos e o jurídico, ocorrendo audiência de conciliação com cada
225 Estado. Iniciaram-se as reuniões com o Ceará, sendo necessário o RN se prepara para definir
226 como será essa negociação. CARLOS NOBRE complementou informando que a ANA criou
227 um grupo de trabalho e toda primeira quinta-feira de cada mês se estaria sendo realizado uma
228 vídeo conferencia, onde repassasse todos os assuntos referentes ao PISF. No dia dois de maio
229 de 2019 ocorrerá a vídeo conferência com a presença da SEMARH e IGARN, onde serão
230 discutidas e repassadas as informes sobre a situação das obras do PISF apresentado pelo
231 Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, a CODESAF irá participar expondo sobre a
232 estruturação de operação do PISF e a ANA sobre o Acompanhamento do Processo de Gestão
233 – PGA, Alocação de Água e o PGA Plurianual e por fim uma discussão geral dos Estados.
234 JOÃO MARIA informou que a empresa contratada para elaborar os estudos sobre a Barragem
235 de Passagens das Traíras havia apresentado o produto e dois especialistas foram contratados
236 para avaliar o produto e também já haviam entregado o parecer sobre o estudo realizado.
237 CARLOS NOBRE informou que o consórcio formado para elaborar a atualização do PERH
238 entregou o primeiro produto e na próxima reunião esse produto seria apresentado ao conselho,
239 assim como o Estudo do Seridó. FRANCISCO CARAMURU informou que no tocante a
240 cobrança pelo uso da água havia realizado uma visita a AESA, na Paraíba, e ao Ceará para ver
241 as experiências sobre cobrança pelo uso da água e seria formada uma comissão para dar início
242 sobre o tema. No ponto de pauta **4. Atual situação hídrica do Estado do Rio Grande do**
243 **Norte**, o representante da ANA, Wilde, informou que compunha a equipe da Coordenação de
244 Marcos Regulatórios e Alocação de Águas – COMAR. Colocou que pouco se falou sobre
245 Alocação de Água durante a fala dos conselheiros. Expôs a área de atuação da comissão no
246 RN. Explicou que não seria realizada alocação na Barragem de Passagem das Traíras em
247 decorrência da atual situação. As ações de alocação só seriam em alguns reservatórios com
248 água. Demonstrou em um mapa que a maior parcela de reservatório refere-se à atuação do
249 Estado. Colocou que a alocação não exige recursos, mas sim a participação dos atores, em
250 contrapartida, em segurança de barragens envolve recursos, assim, sem recursos não resolve o
251 problema. A segurança de barragens não envolve a produção de relatório, mas a operação do
252 sistema, sendo necessária a presença de um colaborador o tempo todo na barragem. Nessa
253 perspectiva, pensou-se no que foi colocado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional –
254 MDR, que foi o Estudo para viabilidade técnica, econômica e financeira do PISF. Esse estudo
255 foi baseado em implantar placas solares em todos os reservatórios do PISF de forma a
256 transformá-lo em um negócio. Pode-se constatar que implantando o sistema fotovoltaico seria
257 possível sustentar o PISF, minimizando o tema sobre a cobrança referente aos gastos de
258 operação do sistema, ou seja, o próprio PISF seria o gerador de receitas para que ele pudesse
259 funcionar. Finalizou expondo que deixaria o recado que a energia solar está muito baixa,
260 sendo mais barato e sustentável ser implantado no espelho d'águas dos reservatórios,

261 contribuindo para redução da perda por evaporação e reduzir o desmatamento de áreas. Citou
262 o exemplo de Poço Branco que possui uma capacidade de geração de R\$ 20.000.000,00 (vinte
263 milhões de reais) por ano. Mesmo com a implantação desse sistema permitira-se a navegação
264 e pesca e com 1% um por cento de vinte milhões de reais seria possível fazer a operação e
265 manutenção dos reservatórios. Em 08 (oito) anos teria-se o *payback* do investimento. Sugeriu
266 que o projeto fosse executado em açudes públicos. **Encaminhamentos.** **1.** Incluir os comitês
267 estaduais na comissão de acompanhamento e análise da revisão do PERH; **2.** Inserir o debate
268 sobre a transferência dos Comitês para o IGARN; **3.** Pré-agendamento da 16ª reunião
269 extraordinária no dia 22 de maio do corrente ano; **4.** Sugerir a palavra franca para as próximas
270 reuniões para que cada conselheiro se manifeste sobre assuntos diversos. Nada mais havendo
271 a declarar, o Presidente do CONERH encerrou a presente reunião agradecendo a presença dos
272 conselheiros e determinou que eu, RUAN OTÁVIO TEIXERA lavrasse a presente ata, que
273 vai assinada por mim, pelo Presidente e pelo Secretário Executivo, tendo os Conselheiros
274 presentes, subscrito a lista de presença, que constitui parte integrante desta ata.

275

276

277

278

279

280

JOÃO MARIA CAVALCANTI
Presidente do CONERH

281

282

283

284

285

CARLOS NOBRE DE OLIVEIRA
Secretário-Executivo

286

287

288

289

290

291

292

RUAN OTÁVIO TEIXEIRA
Relator

293